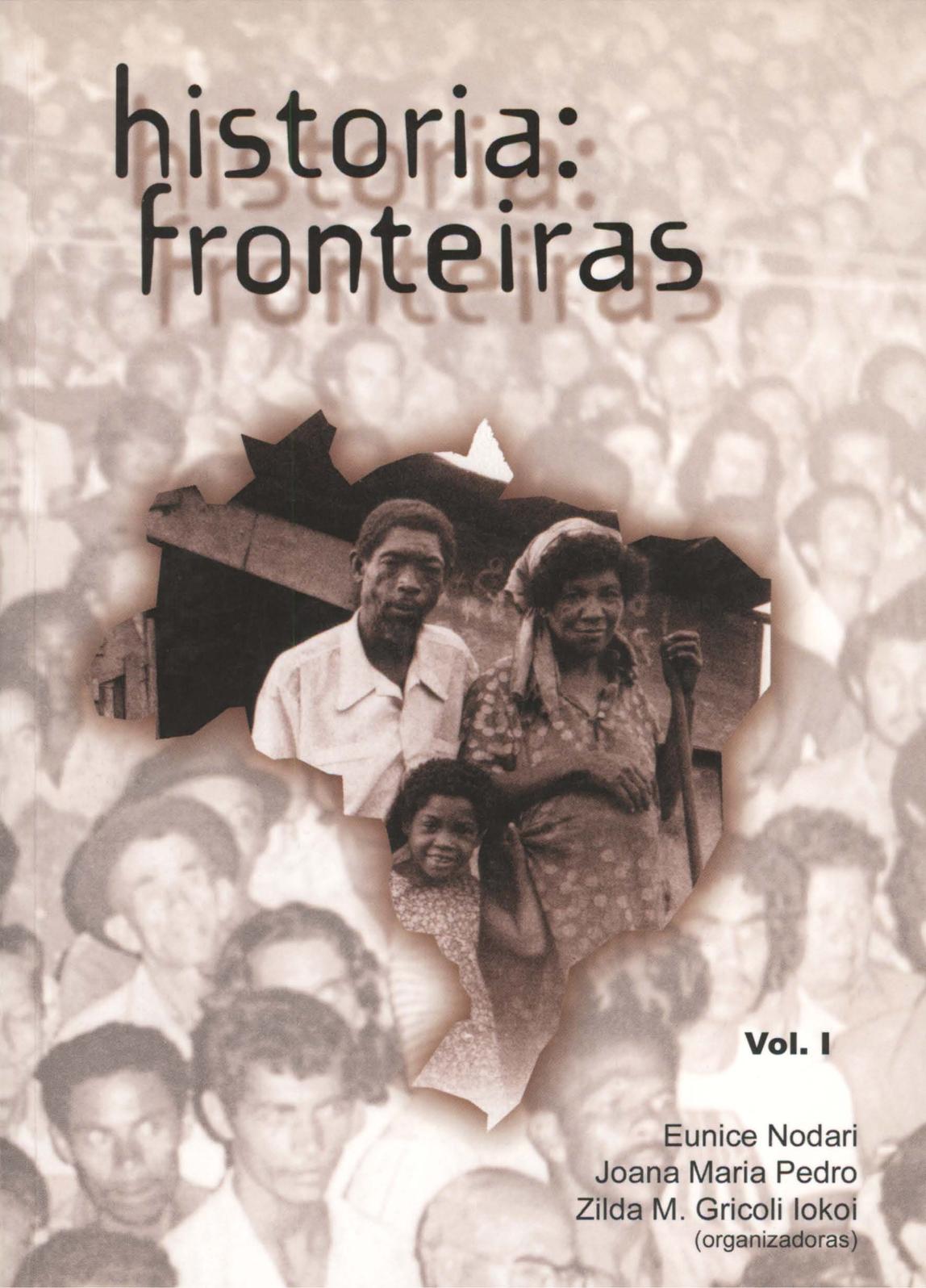
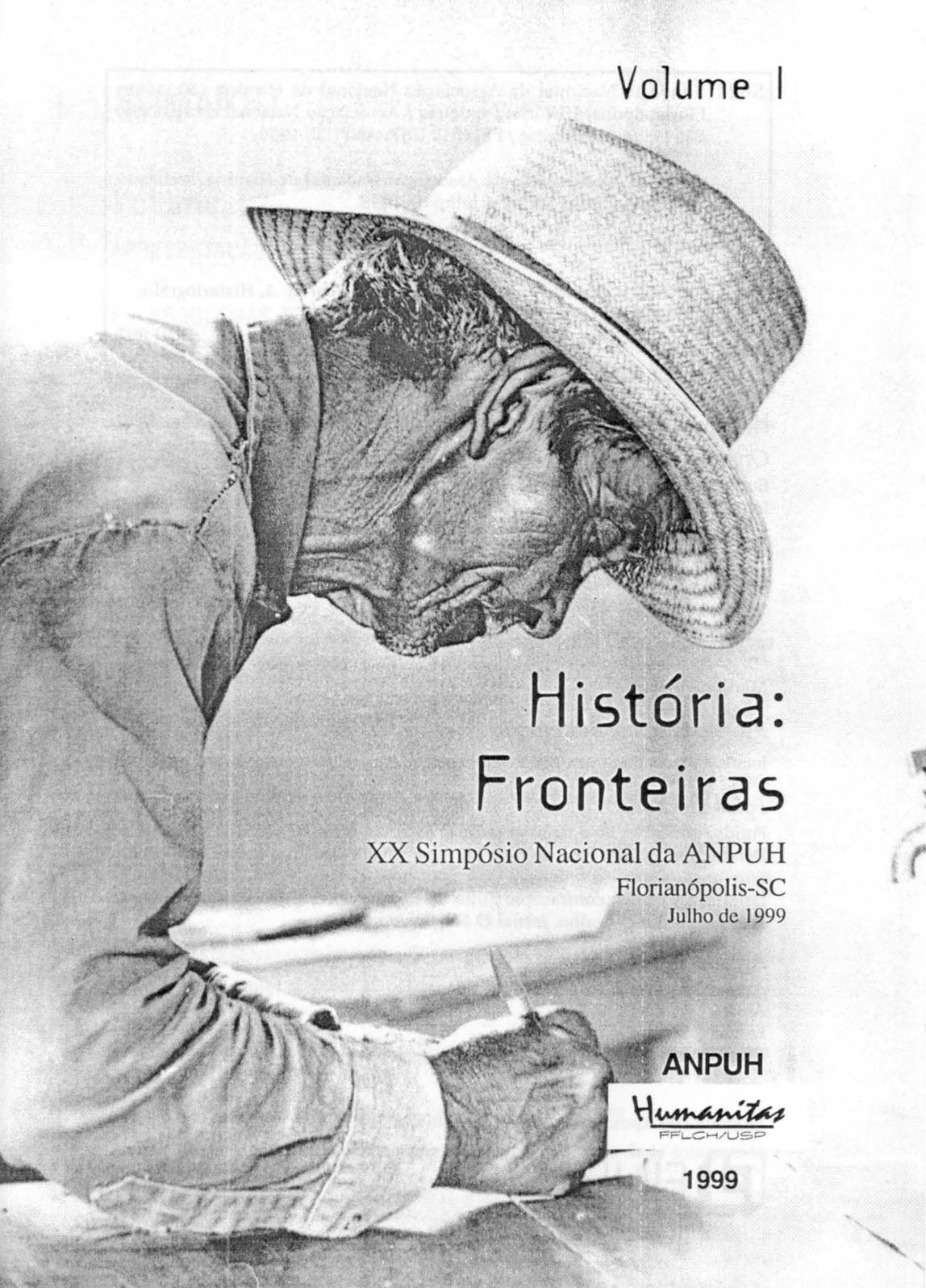


historia: fronteiras



Vol. I

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)



Volume I

História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

TRABALHADORES, TRANSFORMAÇÃO E CONFLITO

Marcelo Badaró Mattos
Universidade Federal Fluminense

1. O embate entre visões da história profundamente divergentes constituiu o centro da atividade política nos últimos 150 anos. Agentes (ou sujeitos) históricos diferentemente delimitados e sua capacidade de transformação/conservação histórica foram o núcleo dos conflitos políticos em torno da produção de alternativas sócio-políticas. A revolução e o comunismo figuraram como balizas da prática política e da expectativa de ruptura profunda. A política permanece o espaço da produção de alternativas e de transformação histórica?

2. A reflexão histórica — as formas de conceber o processo histórico, os agentes sociais, as formas de articulação entre as diversas esferas da vida social — pode conter, para Josep Fontana, projetos de futuro, isto é, alternativas e evidenciação de novos possíveis ou, ao contrário, pode apontar para uma inexorável continuidade e conservação do presente. A história ainda contribui para a produção de alternativas?

I.

As duas questões acima foram propostas para provocar as reflexões e o debate nesta mesa-redonda. Minha intervenção neste debate procurará articular dois níveis de discussão. Num pri-

meiro momento, tratarei da proposta de interação entre um projeto político de transformação social, de natureza socialista e uma nova forma de interpretação das sociedades no tempo – o materialismo histórico – esboçados por Marx e Engels há cerca de um século e meio. Tratava-se, é certo, de um projeto político que definia um ator social como agente principal da transformação – a classe operária – e apresentava uma chave explicativa fundamental para a nova proposta de interpretação da história – a luta de classes. Em um segundo momento, procuro avaliar, à luz de tal interação entre projeto político e análise histórica, a atual configuração do campo da atuação dos movimentos sociais da classe trabalhadora no Brasil, levando em conta o debate atual sobre as transformações no mundo do trabalho e a crise das perspectivas socialistas.

II.

Início minhas reflexões lembrando as comemorações recentes dos 150 anos do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels. Por que, 150 anos depois, estivemos, nós e a esquerda do mundo todo, discutindo este pequeno livro? Acredito que só possamos responder a essa pergunta destacando a dupla dimensão do *Manifesto Comunista*: trata-se do mais brilhante panfleto político que já foi escrito. Com ironia devastadora ou com tintas épicas, desmonta o discurso da reação sobre o comunismo, assumindo e valorizando positivamente tudo o que era apontado como perigoso nas idéias revolucionárias. Com uma análise séria, demonstra os limites e as armadilhas das propostas socialistas anteriores. Propõe um programa político concreto e aponta as alianças políticas necessárias para os comunistas naquela conjuntura. Mas, acima de tudo, define um agente social transformador fundamental para o processo de revolucionário: o proletariado; e um espaço geográfico definido para a obra da revolução: o mundo.

Um panfleto tão importante, porém, não poderia ser construído apenas sobre uma análise da conjuntura vivida por seus autores à luz de conceitos e visões então tradicionais. Seu brilhantismo decorre de uma segunda dimensão fundamental: o

Manifesto é um livro que inaugura uma nova proposta de interpretação das sociedades no tempo – o materialismo histórico. Para o foco de interesse dessa mesa de debates e para minha própria visão da História, vou me fixar em uma das bases do materialismo histórico: a idéia (esboçada em trabalhos como a *Ideologia Alemã*, mas formalizada no *Manifesto*) de que toda a história da humanidade é a história da luta de classes.

III.

Afirmar a centralidade e a atualidade do conceito de luta de classes hoje, mantém, como na proposta do *Manifesto*, uma dupla dimensão – teórica e política. Atualidade teórica, porque diante das transformações no panorama mundial a partir do fim da década de 1980, tornou-se moeda corrente afirmar, de forma mais ou menos explícita, aquilo que se consagrou por meio da expressão “fim da História”. Fim da História que significa dizer, nas abordagens mais diretas, fim da possibilidade de transformação social radical, falência dos projetos que propõem a transformação social, fim do motor alegado de tais transformações – a luta de classes – triunfo, enfim do capitalismo.

Mas se trata de uma noção geral também presente em abordagens menos explicitamente comprometidas com a ordem, como aquelas que, ao olharem para as transformações recentes no mundo do trabalho (reestruturação produtiva e desemprego estrutural, principalmente), pensam as sociedades contemporâneas como sociedades em que o trabalho teria perdido a sua centralidade. Portanto, como sociedades que não poderiam mais ser explicadas a partir de critérios de classe e de conflito social na lógica da luta de classes.

Daí a importância de se afirmar a atualidade do *Manifesto*. Marx não define as classes como abstrações. Sua origem estaria na desigualdade fundamental entre exploradores e explorados, definida não em função de critérios de acesso ao mercado e ao consumo (as classes A, B, C, D, E... dos nossos pesquisadores eleitorais ou de mercado), mas a partir da diferença básica entre os que produzem diretamente e os que se apropriam da maior parte do valor daquela produção. Mais ainda, como processos

que só podemos entender por intermédio da análise histórica, ou seja, as classes não são e sempre serão de determinada forma, mas se alteram em composição e consciência com a própria dinâmica da luta de classes.

Por isso mesmo a importância de apontar para a atualidade dos conceitos de classe e luta de classes, numa sociedade em que a desigualdade social fundamental entre exploradores e explorados está longe de ter acabado, como atesta o convívio “pacífico” – pacífico para o capital – entre desemprego imenso e crescimento do trabalho infantil e escravo. Pelo contrário, a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero etc) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes. É no interior das estratégias do capital para elevar a “produtividade” do trabalho – ou seja, elevar o grau de exploração – que podemos entender o esforço para diversificar as formas de exploração, criando novas fragmentações e novas dificuldades para as organizações representativas dos trabalhadores.

102

IV.

Retomando o que eu havia afirmado. Para sermos conseqüentes com a dupla dimensão do *Manifesto*, devemos ir além da constatação teórica pura e dialeticamente caminhar entre teoria social e prática política. Por isso, acredito que a atualidade da discussão sobre a luta de classes no Brasil de hoje passa pela avaliação da presença social dos partidos políticos de esquerda e dos movimentos sociais organizados dos trabalhadores. Frente aos trabalhos apresentados nesta mesa que focam a discussão na história dos partidos de esquerda brasileiros, optei por centrarme no pólo dos movimento sociais. Para tanto, destaquei a organização central no presente brasileiro e a CUT, traçando alguns paralelos com outra organização-chave, o MST. Intimamente relacionada à idéia de que o mundo caminhou em direção ao porto final e seguro do capitalismo, está a concepção de que, diante das transformações recentes no mundo do trabalho – vistas como inevitáveis e irreversíveis – pouco temos a fazer além de nos defendermos. Defendermos nosso poder aquisitivo, con-

sumidores no mercado, defendermos nossos empregos, como empregados, no mercado de trabalho. Mas se assumimos que a ordem capitalista é definitiva e as transformações irreversíveis, essa defesa só se pode fazer nos marcos colocados pela própria ordem, isto é, pelo próprio capital.

Se o MST, na sua origem, aceitasse a idéia de que, por meio da negociação pura e simples, seria possível convencer os latifundiários e o Estado sobre a justiça de se fazer reforma agrária no Brasil, estaria até agora acampado na Encruzilhada Natalino esperando o bonde dos projetos de colonização passar. Hoje, quando o movimento organiza a ocupação de terras improdutivas como forma de pressão para garantir a reforma agrária, é comum ouvirmos vozes conservadoras dizendo: estão promovendo a luta de classes no campo. Os reacionários sempre usaram esse argumento: os sindicatos promovem a luta de classes, os comunistas promovem a luta de classes... Partindo dos pressupostos que destacamos na primeira parte desta exposição, a luta de classes não é promoção de ninguém. Ela é parte do processo social.

O MST ocupa porque conhece a história da propriedade da terra e da luta de classes no campo brasileiro e sabe que, da mesma forma que os latifundiários construíram suas grandes propriedades sobre a fraude legal e o derramamento do sangue dos ocupantes originais da terra (índios, posseiros, camponeses), eles mantêm o terror dos assassinatos e ameaças para garantir isso que chamam de “propriedade privada”. Ocupa porque conhecendo a história, sabe também que o Estado (e Marx e Engels avisaram sobre isso no *Manifesto*) não é uma entidade que paira no ar: o Estado tem um caráter de classe, insere-se no interior do campo em que se desenvolve o conflito social e, portanto, numa sociedade capitalista, atende, de forma historicamente diferenciada, aos interesses da burguesia ou de algumas de suas frações. No Brasil, o Estado nunca se confrontou com os latifundiários, ao contrário, acolheu-os sempre nos compromissos políticos e sociais que o estruturaram. Por isso nunca foi agente da reforma agrária.

O MST pode ser relacionado a toda a história da luta pela terra no Brasil mas, enquanto organização, sua origem, nos anos

80, deu-se num contexto de lutas pelo fim da ditadura militar no Brasil, em que os movimentos sociais assumiam um papel importante, recolocando a classe trabalhadora no centro da arena política. Passando do campo à cidade, naquele contexto, as organizações sindicais tiveram uma importância central. Com todos os limites impostos por uma estrutura sindical criada para controlar, e de uma situação política de repressão generalizada, a erupção das greves a partir do ABC paulista em 1978 criou as condições para uma reaglutinação do movimento operário sem precedentes.

No início dos anos 80, o mundo quase todo já vivia um refluxo sindical considerável, com o estímulo à acumulação pela via da elevação da produtividade relacionado à reestruturação produtiva, com as políticas neoliberais dos governos de direita que pouco a pouco chegaram ao poder e com a ênfase dos sindicalistas de variadas matrizes social-democratas em negociar a introdução das mudanças (que julgavam irreversíveis) de uma forma socialmente menos dolorosa, o que acabaria por transformá-los em “parceiros” – numa linguagem mais branda – ou em reféns do capital. As taxas de desemprego elevadíssimas do fim da década e a crise dos países do leste europeu desbarataram ainda mais o sindicalismo de boa parte dos países de desenvolvimento industrial avançado.

Enquanto isso, no Brasil, cresciam as greves – em número, volume e categorias atingidas – e fundava-se uma Central Única dos Trabalhadores que apostava numa leitura da sociedade com os instrumentos do *Manifesto*, ao se afirmar autônoma, classista, de luta e comprometida com a transformação socialista. O patrimônio histórico que aquele movimento produziu para a classe trabalhadora brasileira é inestimável.

Mas, voltando à atualidade da luta de classes, os anos 90 (com a chegada da reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do desemprego industrial em massa), no campo sindical brasileiro, têm se apresentado como uma fase de inequívoco recuo. Um bom exemplo pode ser encontrado nas negociações dos últimos anos entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – berço do novo sindicalismo – e as montadoras automobilísticas da região.

Quando, em fins de 1997, o governo brasileiro anunciou medidas para o enfrentamento da chamada “crise asiática” – caracterizadas principalmente por um aumento nas taxas de juros, destinado a manter atraentes os investimentos financeiros para o capital especulativo internacional – percebeu-se que a consequência óbvia e imediata da elevação das taxas de juros seria a retração da atividade econômica. Afinados em seu discurso de excessivo peso das folhas de pagamento nos custos das empresas, os empresários industriais paulistas partiram para a ofensiva. A proposta empresarial era clara: os trabalhadores e sindicatos deviam aceitar a redução de salários e garantias trabalhistas ou sofreriam com as demissões em massa.

O primeiro setor do capital a se manifestar foi o da indústria de autopeças de São Paulo, anunciando que a manutenção do emprego de 08 mil trabalhadores dependeria de acordos com os sindicatos que implicassem em redução da jornada de trabalho com redução do salário. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e a Força Sindical – Central sindical à qual o sindicato está filiado – trataram de abrir negociações com os empresários do setor, dispostos a ceder pequenos cortes salariais em proporção inferior à jornada. O acordo entre o Sindpeças (representante patronal) e a Força Sindical foi fechado em alguns dias.

Os dirigentes da CUT negaram-se a discutir nesses termos, afirmando que não aceitariam redução de salários nas bases dos sindicatos filiados à Central. Mas, se o setor de autopeças, apesar de importante, não tem o mesmo peso na região do ABC – berço da CUT e base do Sindicato de Metalúrgicos mais importante filiado à Central – as montadoras automobilísticas são ali decisivas. E nem bem a discussão no setor de autopeças esfriava e a Volkswagem anunciou sua intenção de demitir 10 mil trabalhadores, caso os metalúrgicos não aceitassem redução de jornada com redução de salários.

A resposta dos metalúrgicos do ABC foi incisiva. Nas assembleias e em grandes passeatas pela região, recusaram terminantemente ceder à chantagem da empresa para reduzir salários. Os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC sentaram-se para negociar com a empresa afirmando que não discuti-

riam qualquer possibilidade de redução de salários, e acabaram por fechar um acordo que previa estabilidade no emprego por 12 meses, um plano de demissões voluntárias (que acabou por atrair 04 mil empregados), redução nos adicionais pagos por trabalho noturno, taxas maiores por alimentação e transporte e ampliação do “banco de horas”, um mecanismo pelo qual os trabalhadores trabalham menos nas épocas de queda da produção, sem redução salarial, e repõe as horas não-trabalhadas nos momentos de aquecimento das vendas, sem adicionais de horas extras. O acordo, que segundo a empresa e o sindicato evita novas demissões, foi aprovado como vitória pela assembléia dos empregados da Volks. Logo a seguir, as demais montadoras convocaram o sindicato para negociar em termos semelhantes.

As diferenças entre o acordo fechado pelos trabalhadores da Volkswagen no ABC e o acordo negociado entre o Sindpeças e os metalúrgicos de São Paulo foram evidentes. O sindicato de São Paulo apressou-se em negociar a redução de salários, fechando um acordo que se sabia não seria cumprido nas empresas maiores (demissões foram anunciadas na COFAP – grande fábrica de amortecedores – na mesma noite em que o acordo era fechado e uma mês após o acordo, apenas três empresas haviam aderido). Os dirigentes do sindicato, assim como o presidente da Força Sindical, Luís Antônio Medeiros, proclamaram o acordo como uma vitória dos trabalhadores, que aceitariam reduzir parte dos salários para não perderem seus empregos. Segundo Paulo Pereira da Silva, em declaração para os jornais, a hora era “de entregar os dedos para não perder a mão”.

Já no ABC, os metalúrgicos foram às ruas e, por meio de demonstrações de força, afirmaram claramente sua disposição de não negociar reduções salariais. A mobilização em torno da proposta da Volks reaqueceu o movimento na região e os metalúrgicos do ABC participaram ativamente, nas semanas seguintes, dos protestos contra o desemprego, a política econômica do governo e a proposta de reforma da previdência em votação no Congresso Nacional.

Talvez o mais importante tenha sido a oportunidade de as direções da CUT, no caldo da mobilização de suas bases, terem

se apresentado para os trabalhadores e a sociedade em geral com propostas diferentes das apresentadas pela Força Sindical. Naquele momento, vieram à tona um discurso de denúncia do oportunismo dos empresários, chantageando os trabalhadores com o desemprego; a crítica contundente à política econômica em vigor e, principalmente, as características de um sindicalismo próximo às bases e mobilizador, capaz de organizar assembleias massivas e grandes manifestações públicas, elementos do arsenal historicamente acumulado pelas lutas dos trabalhadores, que, nos anos 80, tiveram na CUT seu produto mais importante.

Tais diferenças, entretanto, não devem ocultar semelhanças no comportamento das direções sindicais dos metalúrgicos, que um exame mais atento pode rapidamente perceber. A principal semelhança diz respeito à lógica mesma dos acordos, que possuem uma mesma matriz. Talvez seu exemplo mais conhecido seja o acordo selado pela Volkswagen alemã com o IG-Metal (o sindicato dos metalúrgicos de lá), no início dos anos 90.

Naquele acordo alemão, combinaram-se: garantia no emprego por tempo indeterminado; horário flexível de trabalho, semana de quatro dias (28,8 horas) com redução de 13% nos salários e introdução de um sistema de administração flexível das horas extras (que podem ser acumuladas para pagamento em complementação salarial na “pré-aposentadoria” ou até mesmo para aquisição de ações da empresa). Como resultado do acordo, destaca-se a manutenção do número de empregados da Volks na casa dos 130 mil. Não houve, entretanto, qualquer ampliação de vagas, e os momentos de maior demanda do mercado foram respondidos pela empresa com uma ampliação das horas extras. Mesmo para o sindicalismo de matriz social-democrata alemão, que em 1996 apresentou ao governo uma proposta de redução do desemprego por meio de um pacto em que os trabalhadores limitariam suas reivindicações salariais e os empresários receberiam apoio estatal para contratar mais, o caso da Volkswagen deve ser entendido como uma exceção. Para eles, a solução para o desemprego estaria associada à limitação das horas extras, recusando propostas de redução de encargos e direitos. Segundo Klaus Zwickel, então presidente do IG Metall, “os sindicatos não de-

vem aceitar argumentos de que o custo de trabalho é a principal causa do desemprego”¹.

É importante perceber que, apesar de todas as diferenças em relação ao caso alemão – onde os trabalhadores metalúrgicos negociaram a partir de um patamar de conquistas acumulado muito maior – persistiu o problema central de um acordo nessas bases: o acordo reforçou os interesses empresariais de aumento de produtividade e diminuição dos custos do trabalho, naturalizando para os trabalhadores a lógica do capital que cria e amplia o desemprego. Assim, no acordo firmado entre a Volks e o sindicato do ABC, embora tenham sido evitadas as demissões “compulsórias”, ocorreram demissões – “voluntárias” – cortes de pessoal que significam uma diminuição permanente do quadro empregado naquelas plantas industriais. Se o salário “direto” não foi reduzido, o salário “indireto” (subsídios de alimentação e transporte, por exemplo) o foi, representando perdas salariais reais para os trabalhadores.

Central, porém, é o aprofundamento do controle empresarial sobre a jornada de trabalho, tornada “flexível” pelo banco de horas, que permite à empresa dispor do tempo dos trabalhadores ao sabor das flutuações de mercado. A média de 44 horas pelas quais os trabalhadores recebem é, além de muito elevada para qualquer padrão internacional do setor automotivo, contraditória com a bandeira histórica da redução da jornada de trabalho, reforçada na atualidade pela busca de alternativas ao desemprego estrutural.

Tais considerações seriam confirmadas, na virada de 1998 para 1999, em um novo momento de agudização da crise econômica. Ainda tomando o ABC como espaço privilegiado de análise, voltamos à Volkswagem – a maior montadora da região – que, em novembro de 1998, propôs suspender o pagamento do 13º salário, do abono de férias e da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em troca da garantia de emprego e da redução da semana de trabalho de 05 para 04 dias por semana (mantidas as regras flexíveis de uso das horas-extras). A justificativa: queda nas vendas com a crise e elevação dos custos de produção com a variação cambial.

Após as primeiras conversações, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, por intermédio de seu presidente, Luiz Marinho, propôs aos trabalhadores da empresa, em assembléia realizada no dia 1º de dezembro, negociar com a empresa um reajuste salarial zero (abrindo mão inclusive do percentual de PLR), em troca da estabilidade no emprego. A assembléia dos trabalhadores da Volks recusou a proposta da direção sindical.

Dez dias mais tarde, os trabalhadores acabaram por aceitar uma proposta de redução da jornada de trabalho – três semanas de quatro dias e uma semana de cinco dias por mês – com redução de salários. Para os trabalhadores com salários mais baixos, um pequeno reajuste salarial e a PLR compensaram a redução salarial. O fato é que, com um acordo desta natureza, os sindicalistas da CUT recuaram ainda mais, em relação ao ano anterior, ao assumirem a redução de jornada com redução de salário direto como freio às demissões.

Na virada do ano, a Ford dispensou, por carta, um grande contingente de operários, então em férias coletivas. A resposta dos trabalhadores demitidos foi a volta aos postos de trabalho na empresa, para cumprir a antiga jornada no interior da fábrica. Nos desdobramentos do embate, a Ford, que inicialmente proibiu os demitidos de trabalharem e mais tarde, tentou barrá-los na entrada e suspendeu novamente a produção aguardando a resolução do impasse. Por fim, os trabalhadores chegaram a iniciar uma greve na fábrica, como forma de pressionar a empresa pela suspensão das demissões. A greve não se alongou, pois se fechou um acordo entre o sindicato e a empresa que suspendeu temporariamente as demissões, implantando um Plano de Demissões Voluntárias.

Dos episódios de 1998 e 1999, na Volks e na Ford, resta a constatação dos recuos progressivos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que acabou por fechar acordos em que aceitou: ampliação do controle empresarial sobre a jornada de trabalho (via ampliação das horas-extras não remuneradas – “banco de horas”); redução de salários (primeiro indiretos, depois diretos) e política de incentivo às demissões e fechamento de postos (via planos de demissão voluntária).

Os trabalhadores, organizados em grande medida a partir das comissões de fábrica – demonstraram disposição de resistir, como ficou claro na recusa da assembléia da Volks ao primeiro acordo e nas lutas na Ford. O sindicato, porém, não propôs mobilizações do conjunto da categoria (que marcaram sua trajetória entre o fim dos anos 1970 e a década de 1980), aceitando o modelo de negociação por empresa, em tudo interessante às grandes montadoras. E se tudo foi justificado sob o argumento de manter empregos, o fato é que postos de trabalho continuam sendo irremediavelmente fechados nas indústrias automobilísticas da região.

Nos meses seguintes de 1999, a grande bandeira política dos líderes sindicais do ABC foi a diminuição dos impostos incidentes sobre a produção e comercialização de veículos. Ou seja, para supostamente defender empregos, tais lideranças apontam como saída a preservação dos altos patamares de lucratividade das empresas, ainda que a custo de compensar a queda conjuntural da demanda por automóveis novos com uma redução da arrecadação de impostos que, teoricamente, deveriam beneficiar o conjunto da população, por meio de investimentos públicos.

Inserindo tal negociação na linha do tempo que se inicia com o acordo das montadoras e a Câmara Setorial (nos governos Collor e Itamar) e na postura da maioria da direção da Central no “acordo” da previdência, podemos entender que uma postura conformada à ordem parece se instalar.

V.

O ponto de inflexão, nesse sentido, foi o chamado “acordo das montadoras”, negociado pela Câmara Setorial do setor automotivo em 1992 (1ª versão) e 1993, até hoje invocado como modelo de solução positiva pelos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Aquele acordo previa redução da margem de lucro empresarial, redução dos preços dos veículos mais baratos, modernização dos parques industriais, limitação das reivindicações salariais à reposição da inflação passada e manutenção (ou ampliação) dos postos de trabalho. A chave do acordo, porém, residia na participação do Estado (nas esferas federal

e estadual), que assumia uma redução do Imposto sobre Produção Industrial (IPI, arrecadado pelo governo federal) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS, arrecadado pelos governos estaduais).

A experiência do acordo das montadoras foi intensamente debatida nos meios sindical, político e acadêmico. Para os seus defensores, capitaneados pelo Sindicato dos Metalúrgicos da região do ABC paulista, principal polo automobilístico do país, tratava-se de um acordo que garantiria a ampliação da oferta de empregos. Os empresários defenderam o acordo como um instrumento de ampliação da oferta de carros mais baratos. Analistas acadêmicos vislumbraram na iniciativa um novo patamar nas relações de trabalho no Brasil, com um recuo no papel arbitral do Estado e um reconhecimento mútuo entre empresários e trabalhadores como atores legítimos no processo de negociação, através da criação de um espaço democrático de resolução do conflito capital-trabalho². As críticas ao acordo, por sua característica de renúncia fiscal, pela limitação de sua aplicabilidade a um setor específico da economia brasileira, ou pelo sentido de “conciliação de interesses de classes” inerente à proposta, surgiram também em diferentes espaços.

A mudança de perspectiva do governo nos anos seguintes levou ao esvaziamento da câmara setorial e ao fim do acordo. O governo, entretanto, instituiria nova política de estímulo à ampliação da produção automotiva por meio de isenções fiscais para importação de peças e insumos (desta feita não vinculada a metas de manutenção ou criação de empregos), por meio do “regime automotivo”³. Já o sindicato ampliou o escopo das negociações com o empresariado do setor automobilístico e aceitou limitar reivindicações salariais e flexibilizar as horas-extras, com a justificativa de reduzir as demissões.

Em resultados numéricos, a comparação entre 1991 (antes do acordo das montadoras) e 1995 demonstra que, do ponto de vista da criação de novos empregos ou mesmo na perspectiva de manutenção dos postos, o acordo não fora bem sucedido. Ao mesmo tempo, a elevação da produtividade no setor foi muito expressiva. Dados dos fabricantes de veículos e autopeças, siste-

matizados pelo DIEESE, indicam que entre 1991 e 1995 as taxas de crescimento da produção, da produtividade e do emprego foram, respectivamente, de 70%, 78% e - 5%. Ou seja, enquanto a produtividade do trabalho quase dobrou, o emprego foi reduzido. O papel do governo foi claro: mesmo não tendo reduzido a arrecadação total (pelo ganho em escala), a redução dos impostos aumentou a margem de lucro dos empresários e, quando a Câmara Setorial foi desmobilizada, o governo manteve-se apoiando aquele setor do capital, por meio das facilidades do regime automotivo.

No início dos anos 1990, o discurso empresarial alegava ser necessário demitir para ampliar a produtividade e o poder de competitividade naquele momento em função da abertura do mercado, o que só poderia ser evitado através de concessões do governo (sempre disposto a esse papel) e dos trabalhadores. Em fins de 1997, o argumento era o mesmo. Só com demissões ou novas concessões dos trabalhadores seria possível evitar uma retração do setor, ante a elevação dos juros que se seguiu à crise asiática. Em 1999, a chantagem empresarial aprofundou-se. Mas, graças aos acordos com os trabalhadores e aos benefícios fiscais concedidos pelo governo, houve alguma recuperação de vendas e garantia de lucratividade para o setor. Como ficou visível entre 1997-1999, a tendência empresarial é avançar ainda mais sobre salários e direitos dos trabalhadores, em paralelo à redução do quadro de pessoal.

Também no campo das políticas públicas, a capacidade de pressão dos trabalhadores organizados tem sido muito pequena para fazer frente ao furor das medidas desregulacionistas. Ainda nesse caso, vale um recuo no tempo para buscar, em janeiro de 1996, um momento-chave de inflexão da CUT nas relações com o Estado, quando do chamado “acordo da previdência”.

Naquela ocasião, o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva – o Vicentinho – apresentou-se para negociar com o Executivo e líderes do Legislativo um acordo em torno da reforma da previdência. O que estava em discussão era a proposta de reforma do sistema previdenciário que o Executivo apresentara ao Legislativo ainda no 1º semestre de 1995 e cujas bases seguiam um modelo discutido em diversos países, de redução dos benefícios e aumento tanto da contribuição dos trabalhadores quanto do número de anos que

devem trabalhar para poderem se aposentar. O governo, que em 95 demonizara a CUT, acusando-a de ser um obstáculo corporativista às reformas econômicas apresentadas como necessárias ao ingresso do país na moderna nova ordem mundial, agora recebia Vicentinho de braços abertos, elevando-o à categoria de seu mais importante interlocutor junto à sociedade civil.

Vicentinho priorizou negociar os interesses imediatos dos trabalhadores organizados do setor privado, garantindo a “aposentadoria proporcional”, mas referendando o fim da aposentadoria integral para o funcionalismo público (a quem ora afirmava defender, ora classificava com a rubrica já desgastada pelos conservadores de “marajás”) e abandonando qualquer preocupação com o enorme contingente de trabalhadores precarizados ao aceitar a tese da aposentadoria por “tempo de contribuição”, em substituição ao modelo do “tempo de serviço”.

Chama a atenção o fato de Vicentinho ter sentado à mesa para negociar um mês depois de na França uma grande greve nacional de trabalhadores da área de transporte e serviços públicos ter parado o país e colocado em discussão um projeto semelhante de reforma da seguridade social. A greve francesa encontrou amplo apoio da opinião pública e breiou de imediato a tramitação do projeto do governo de lá. Com um olhar retrospectivo, aquele movimento pode ser considerado um marco da retomada das mobilizações sindicais européias, que cresceram de lá para cá e um indicador importante da virada política que conduziria novamente coalizões políticas à esquerda para governos como o da própria França⁴.

Já no Brasil, por trás do presidente da CUT, não havia qualquer greve ou movimento de massas que desse sustentação e legitimidade às suas posições de negociador. Registrava-se apenas o apoio da maioria da direção da CUT. As únicas manifestações registradas foram as de sindicalistas e militantes cutistas contra Vicentinho e seu acordo com o governo. Quando a direção da central anunciou, já após dois meses de repercussão das negociações, que os termos do acordo não haviam sido respeitados no relatório da matéria no Legislativo, já era tarde para apagar completamente seu endosso à tramitação da reforma. O governo contabilizou várias vitórias: o

projeto avançou no legislativo; difundiu-se a imagem do Presidente como um líder disposto ao diálogo e a CUT, principal obstáculo às reformas, dividiu-se ainda mais nas discussões internas sobre a validade e o conteúdo do acordo que se anunciou e sobre a forma de sua negociação. Quando, mais tarde, a reforma passou por mais uma etapa de votação no Congresso e Vicentinho comandou protestos, alguns articulistas da grande imprensa cobraram com sarcasmo a coerência do presidente da Central, que dois anos antes havia endossado a essência do projeto.

Pouco depois do “acordo da previdência”, Vicentinho – o presidente da CUT – reuniu-se com a FIESP para apresentar uma proposta comum de reforma tributária. Afirmou que uma nova etapa do sindicalismo brasileiro se inaugurava, deixando para trás o radicalismo grevista do passado e passando a uma postura “mais madura” de negociação de igual para igual com os empresários. Em 1998, li uma notícia que tratava de um debate, promovido pelo Sindicato do ABC, como comemoração dos 20 anos da greve de 1978. Na mesa, Luis Gonzaga Beluzzo e Delfin Neto. Tratava-se de trazer para o centro do debate sobre a história daquele momento do conflito social representantes claramente identificados com as políticas econômicas e os governos que o novo sindicalismo buscou combater em fins dos anos 1970 e na década de 1980.

Voltando às questões propostas para o debate, e partindo de uma resposta positiva sobre a relação entre história e projetos sociais, é possível perceber que a alteração na concepção estratégica do papel do sindicalismo cutista – em direção a um modelo de sindicalismo de pactuação – , por parte do grupo majoritário em sua direção, se fez acompanhar de uma releitura da história do novo sindicalismo. Apagar a história da luta de classes para passar à frente uma memória de um passado pacífico, diminuindo o peso dos conflitos sociais e dos projetos alternativos da classe trabalhadora sempre foi um esforço da classe dominante. Aos trabalhadores cabe resgatar os ecos do passado de todos aqueles que lutaram para transformar o mundo. Quando as próprias organizações dos trabalhadores se esforçam para apagar as marcas do conflito social de um passado que está tão vivo quanto os das greves de 78 e do sindicalismo dos anos 1980,

a situação é ainda mais grave. O que está em jogo é a identidade e a consciência da classe trabalhadora, raízes de sua dignidade e da luta contra a exploração.

Retomando o autor citado nas questões propostas (Joseph Fontana), seria interessante, para concluir, resgatar sua afirmação de que a “politização” (assim como a “globalização”, no sentido da perspectiva globalizante do social) é um elemento fundamental para qualquer concepção de história que assuma um projeto de futuro. Precedência da política, não como campo do conhecimento histórico acadêmico, nem como instância da realidade social. Precedência da política no sentido de vínculo necessário entre história e projeto de sociedade⁵. Projeto que, no quadro de desigualdades crescentemente aprofundadas em que vivemos, só pode ser o de transformação social. Por isso mesma, no Brasil, como no mundo, a proposta de entender as sociedades de ontem e de hoje a partir da lógica da luta de classes e o projeto de mudar o mundo agindo de forma consciente, apresentados por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, se fazem mais atuais e necessários do que nunca.

NOTAS

¹ *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31/03/96.

² Um exemplo da abordagem que elogia o acordo é o texto de CARDOSO, Adalberto M. e COMIN, Álvaro A. “Câmaras setoriais, modernização produtiva e democratização nas relações de trabalho no Brasil: a experiência do setor automotivo”. In VILLAS BÔAS, Gláucia e GONÇALVES, Marco Antonio (orgs.). *O Brasil na virada do século. O debate dos cientistas sociais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

³ Para uma visão crítica sobre as políticas de estímulo ao setor automotivo no Brasil e em outros países em desenvolvimento ver o artigo de HUMPHREY, John. “A promoção da indústria de automóveis”. In *Folha de São Paulo*. São Paulo, 23/08/98, p. 02.

⁴ As greves francesas de 1995-1996 foram discutidas intensamente nos periódicos acadêmicos europeus. No Brasil, foram traduzidos alguns artigos, como o de MORIN, Edgar. “O futuro caminha para o passado”. In *Tempo*. Rio de Janeiro, UFF, nº 01, abr. 1996 e BROUÉ, Pierre. “A greve na França segundo a imprensa”. In *O olho da história. Revista de História Contemporânea*. Salvador, jun. 1996. Aprofundei a comparação entre aquele momento na França e no Brasil em MATTOS, Marcelo Badaró. “Os sindicatos e os dilemas das democracias contemporâneas: reações sindicais às propostas recentes de reforma previdenciária na França e no Brasil.” In *Universidade e Sociedade*. Brasília, nº 12, fev. 1997.

⁵ FONTANA, Josep. *La historia después del fin de la historia*. Barcelona, Crítica, 1992.